Demonstrações financeiras

Alex IX Energia SPE S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 8° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000

ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Alex IX Energia SPE S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alex IX Energia SPE S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alex IX Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC SP-015199/F

Leonardo Araujo Ferreira Contador CRC RJ-116384/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Ativo	-		_
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.408	1.922
Contas a receber	4	1.989	2.148
Impostos a recuperar		195	49
Despesas antecipadas		27	278
Outros		2	2
Total do ativo circulante	_	5.621	4.399
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	1.298	1.151
Imobilizado	6	114.505	119.802
Total do ativo não circulante	_	115.803	120.953
Total do ativo	_	121.424	125.352

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	7	380	1.476
Empréstimos e financiamentos	8	2.102	1.955
Impostos e contribuições a recolher		153	317
Dividendos a pagar	16	7.732	2.717
Outras contas a pagar		57	-
Total do passivo circulante		10.424	6.465
Não circulante			
Contas a pagar	7	2.736	-
Empréstimos e financiamentos	8	45.225	47.164
Provisão para desmobilização	10	2.054	1.919
Total do passivo não circulante		50.015	49.083
Patrimônio líquido			
Capital social	11	62.095	62.095
Reservas de lucros		-	7.709
Prejuízos acumulados	11	(1.110)	-
Total do patrimônio líquido	_	60.985	69.804
Total do passivo e do patrimônio líquido		121.424	125.352

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	12	10.415	24.602
Custo de geração de energia	13	(8.125)	(9.369)
Lucro bruto	_	2.290	15.233
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(258)	(205)
Outras despesas operacionais		(104)	(37)
	_	(362)	(242)
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		1.928	14.991
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	344	496
Despesas financeiras	14	(3.609)	(4.653)
·	_	(3.265)	(4.157)
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		(1.337)	10.834
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(423)	(927)
		(423)	(927)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.760)	9.907

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.760)	9.907
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	(1.760)	9.907

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de	lucros	Lucros	Total
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		87.181	155	2.277	-	89.613
Redução de capital social	11.a	(25.086)	-	-	-	(25.086)
Dividendos complementares	11.c	-	-	(2.277)	-	(2.277)
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal	11.b	-	- 495	-	9.907 (495)	9.907
Dividendos mínimos obrigatórios Constituição de reserva de lucros	11.c 11.b	-	-	7.059	(2.353) (7.059)	(2.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	_	62.095	650	7.059	-	69.804
Dividendos complementares	11.c	-	-	(7.059)	-	(7.059)
Absorção do prejuízo do período Prejuízo do exercício		-	(650) -	-	- (1.110)	(650) (1.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		62.095	-	-	(1.110)	60.985

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.760)	9.907
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação			
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de imobilizado	6	5.297	5.769
Encargos financeiros, líquidos	8	2.935	3.823
Baixa de imobilizado	6	-	33
Atualização da provisão para desmobilização	10	135	127
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		159	3.083
Impostos a recuperar		(146)	(48)
Depósitos judiciais		-	3.021
Despesas antecipadas		251	41
Outros		-	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		1.640	(4.190)
Impostos e contribuições a recolher		(164)	(4)
Outras contas a pagar		57	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.404	21.639
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	(147)	(126)
Liberação de recursos para partes relacionadas		-	(10)
Recebimento de principal - operação de mútuo		-	13.748
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	-	(2.685)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(147)	10.927
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	8	-	127
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(1.858)	(5.436)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(2.869)	(728)
Dividendos pagos		(2.044)	(2.572)
Redução de capital	11		(25.086)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	_	(6.771)	(33.695)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	=	1.486	(1.207)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	1.922	3.129
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	3.408	1.922
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	<u> </u>	1.486	(1.207)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		242	549
Valores pagos de CS:		146	303

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alex IX Energia SPE S.A. ("Alex IX" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem fotovoltaica, manutenção de redes de distribuição, transmissão e distribuição, exclusivamente no empreendimento UFV ALEX IX, localizado em Limoeiro do Norte, CE, em conformidade com o Leilão n.º 01/2018 (Leilão A – 4/2018) realizado pela ANEEL em 04 de abril de 2018, nos termos da Portaria n.º 465 de 30 de novembro de 2017, do Ministério de Minas e Energia.

A acionista controladora da Sociedade é a Alex Energia Participações S.A.

UFV	Potência em MW	Autorização Ministério	Local
Alex IX	30,93	346/2018	Tabuleiro do Norte - CE

Em 22 de outubro de 2018, por meio da Portaria nº 445/2018 do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade obteve autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da central geradora fotovoltaica Alex IX, com 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará.

Em 13 de junho de 2019, por meio do Despacho nº 1.658/2019, a potência instalada foi alterada de 30.000 kW para 30.993 kW.

Em 02 de março de 2020 foi publicada a Portaria nº 78 que definiu novos montantes de garantia física de energia das usinas fotovoltaicas, que alterou a GF de ALEX IX para 10,30 MWmed.

Em 05 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.597/2020 a razão social da empresa Alex IX Energia SPE Ltda. foi alterada para Alex IX Energia SPE S.A.

Em 23 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.797/2020 o sistema de transmissão de interesse restrito foi alterado e passou a ser constituído de uma subestação coletora/seccionadora SE Alex, compartilhada entre as UFVs Sertão Solar Barreiras V e Alex, I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, com 1 (um) transformador de 34,5/230 kV, 334 MVA, que seccionará a LT 230 kV Banabuiú – Mossoró II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF.

Em 29 de outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.480/2021, houve a liberação pela ANEEL para a Operação Comercial da UFV Alex IX, Código Único de Empreendimentos de Geração – CEG UFV.RS.CE.035863-0.01, de titularidade da empresa Alex IX Energia SPE S.A., para início da operação a partir do dia 30 de outubro de 2021.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da publicação da Portaria nº 443/2018, encerrando em 22 de outubro de 2053. O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas fotovoltaicas. Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

	Datas do	contrato
Cliente	Início	Vencimento
		_
Distribuidoras de energia	01/01/2023	31/12/2041

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 4.803 (em 31 de dezembro de 2022 era negativo de R\$ 2.066). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui capacidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.1) Ativos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuia liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) <u>Estimativas contábeis</u>

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

I) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

m) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque solar. Tal provisão é registrada com base no fluxo de desembolso esperado trazido a valor presente.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

n) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão.

Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	958	118
Aplicações financeiras	2.450	1.804
Total	3.408	1.922

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2023	2022
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	220	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	2.230	1.804
			2.450	1.804

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2023	2022
W		40
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	4	49
Contas a receber – partes relacionadas	-	2.099
Venda de energia	1.985	
	1.989	2.148

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2023	2022
Saldo a vencer	1.408	2.148
Saldo vencido até 30 dias	379	-
Saldo vencido de 31 a 90 dias	202	-
Total	1.989	2.148

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2023	2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	1.298	1.151
			1.298	1.151

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 1.298 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 1.151) depositado em CDB vinculados às obrigações de financiamento com Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Em serviço		Em curso		
	Máquinas e equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão para desmobilização	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2021	122.461	-	1.752	-	124.213
Adições	2.685	-	-	-	2.685
Baixas	-	-	-	(33)	(33)
Transferências	(1.229)	1.196	-	33	-
31 de dezembro de 2022	123.917	1.196	1.752	-	126.865
31 de dezembro de 2023	123.917	1.196	1.752	-	126.865
31 de dezembro de 2021	(1.276)	-	(18)	-	(1.294)
Adições de depreciação	(5.661)	(53)	(55)	-	(5.769)
31 de dezembro de 2022	(6.937)	(53)	(73)	-	(7.063)
Adições de depreciação	(5.203)	(40)	(54)	-	(5.297)
31 de dezembro de 2023	(12.140)	(93)	(127)	-	(12.360)
Total em 31 de dezembro de 2022	116.980	1.143	1.679		119.802
Total em 31 de dezembro de 2023	111.777	1.103	1.625	_	114.505
Total cili o i ac aczembro de 2025		1.103	1.023		117.303

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2023 e 2022 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios e barragens e adutoras, transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil estimada dos bens, conforme estabelecido pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil	
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos	
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos	
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos	

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 são recuperáveis.

7. Contas a pagar

	2023	2022
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	2.742	
Fornecedores	306	517
Contas a pagar – partes relacionadas	68	625
Seguros	-	334
Total	3.116	1.476
Passivo circulante	380	1.476
Passivo não circulante	2.736	-
Total	3.116	1.476
(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a pagar—Continuação

Os contratos de Energia Reserva, celebrados entre a empresa (LER 4-2018) e a CCEE, estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual que pode ser diferente do ano civil, as diferenças entre a energia gerada e das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração, será pago em 12 parcelas mensais uniforme ao longo do ano contratual seguinte, valorado em 115% do preço de venda vigente, quando a geração de for abaixo de 90% do esperado, as empresas deverão ressarcir a CCEE no ano seguinte.

8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2023	3	2022	2
			Não		Não
Credor	Encargos	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Em moeda nacional					_
BNB	IPCA + 1,82% a.a.	2.102	45.225	1.955	47.164
Total		2.102	45.225	1.955	47.164

O financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A – ("BNB"), possui custo de IPCA + 1,82% a.a, têm pagamentos mensais da parcela de principal e juros, com vencimento previsto da última parcela para julho de 2041.

Conforme previsto no contrato de financiamento, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desse financiamento foi contratado fiança bancária, em adição às contas reservas do serviço da dívida, equivalente a 1,86% do montante total já desembolsado. Não há *covenants* financeiros previstos nesse contrato, porém outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado *(cross default)* são constantemente monitoradas. Em 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* foram devidamente atendidos

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	49.119	51.333
Captação	-	127
Juros provisionados	2.935	3.823
Amortização de principal	(1.858)	(728)
Juros pagos	(2.869)	(5.436)
Saldo final	47.327	49.119

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor, composto de principal e juros, será amortizado mensalmente a partir de 15 de agosto de 2022, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de julho de 2041.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	
2025	2.364
2026	2.403
2027	2.442
A partir de 2028	38.016
Total	45.225

A Sociedade está sujeita a algumas cláusulas restritivas constantes no contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estes empréstimos possuem como garantia carta-fiança emitida por instituição financeira com sede no País.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, em 31 de dezembro de 2023, existe as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis as quais foram divulgadas abaixo:

	2023	2022
	·	
Processos arbitrais	10.444	-
Total	10.444	-

Em 31 de dezembro de 2023 existe 1 processo arbitral, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 10.444 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma arbitragem. Cumpre esclarecer que o valor em questão é relativo a um único processo, envolvendo as Alex I Energia SPE S.A.; Alex III Energia SPE S.A.; Alex IV Energia SPE S.A.; Alex V Energia SPE S.A.; Alex VII Energia SPE S.A.; Alex VII Energia SPE S.A.; Alex X Energia SPE S.A.; Alex X Energia SPE S.A.

Este requerimento de arbitragem foi apresentado em agosto de 2023 em face das Requeridas sob alegação de suposta necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro contratual. As empresas Requeridas apresentaram resposta ao requerimento da arbitragem com pedido reconvencional. Considerando a fase inicial do processo, no momento, o prognóstico de perda está avaliado como possível.

10. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente pela taxa de desconto de 8,28% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2023	2022
Saldo inicial	1.919	1.792
Atualização	135	127
Saldo final	2.054	1.919

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 62.095 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 62.095), dividido em 109.780.141 (cento e nove milhões e setecentos e oitenta mil e cento e quarenta e um) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de novembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 1.914, sem o cancelamento de ações.

Em 10 de maio de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 23.172, sem o cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Sociedade determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 13 de setembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 7.059.

Em 10 de maio de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 2.277.

12. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia	10.854	-
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	-	25.530
	10.854	25.530
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(70)	(166)
COFINS	(322)	(762)
ICMS	(47)	-
Receita operacional líquida	10.415	24.602

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2023	2022
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	66	481
Royalties ANEEL	2.243	2.238
	2.309	2.719
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	6	14
Serviços de terceiros	35	16
Seguros	267	339
Pessoal	3	2
Depreciação	5.297	5.769
MRE/CCEE (*)	24	118
Promoção e publicidade	16	10
Outros	168	382
	5.816	6.650
Total do custo de geração de energia	8.125	9.369
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	-	3
Serviços de administração – partes relacionadas	254	168
Promoção e publicidade	4	34
Total das despesas gerais e administrativas	258	205
Total de custos e despesas gerais e administrativas	8.383	9.574

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. Resultado Financeiro

2023	2022
344	496
344	496
2.936	3.823
319	678
84	1
135	127
7	20
124	-
4	4
3.609	4.653
	344 344 2.936 319 84 135 7 124

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Corrente		
Imposto de renda	276	608
Contribuição social	147	319
Total com despesas de impostos	423	927

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2023		2022	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) ICMS	10.768 (47)	10.768 (47)	25.402	25.402
	10.721	10.721	25.402	25.402
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	858	1.287	2.032	3.048
Receitas financeiras	344	344	496	496
Base de cálculo total	1.202	1.631	2.528	3.544
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	276	147	608	319
Total	276	147	608	319

^(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2023	2022
<u>Ativo</u>	·		
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	-	2.099
		-	2.099
<u>Passivo</u>			
Contas a pagar			
Alex Energia Participações S.A.	(b)	-	546
Alex VIII Energia SPE S.A.	(b)	13	-
Elera Renováveis S.A.	(b)	41	74
Lethe Energia S.A.	(b)	14	5
		68	625
Dividendos a pagar			
Alex Energia Participações S.A.	(c)	7.654	2.694
Lethe Energia S.A.	(c)	78	23
		7.732	2.717
Resultado			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(d)	-	24.752
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	-	778
		-	25.530
Compra de energia			
Elera Renováveis S.A.	(e)	66	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	-	481
		66	481
Resultado			
Serviços de ADM - Despesa			
Elera Renováveis S.A.	(f)	242	168
		242	168

 ⁽a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

⁽b) Contas a pagar entre a Sociedade e outras empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

⁽c) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade.

⁽d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

Durante o ano de 2023, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

17. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 113.448 para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Alex I Energia SPE S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 400.000.

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2023 2022 A valor justo A valor justo		2023		
				A valor justo		
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.408	3.408	-	1.922	1.922
Contas a receber	1.989	-	1.989	2.148	-	2.148
Depósitos restituíveis						
e valores vinculados	-	1.298	1.298	-	1.151	1.151
	1.989	4.706	6.695	2.148	3.073	5.221

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022	
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado	
Contas a pagar	3.116	1.476	
Empréstimos e financiamentos	47.327	49.119	
Dividendos a pagar	7.732	2.717	
	58.175	53.312	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e bancos e depósitos restituíveis e valores vinculados

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Contas a pagar e dividendos a pagar

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

• Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.408	1.922
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.298	1.151

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) Risco de não renovação da autorização

A Sociedade detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 07 de maio de 2024.